

Ata da 27ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Gestão dos Rejeitos e Segurança Ambiental

Data: 06/11/2018 (terça-feira)

Horário: 09h30 às 16hs

Local: Av. Getúlio Vargas, 671, 1º andar - Funcionários, Belo Horizonte.

1. Informes Gerais

No dia seis de novembro de 2018, às 9h30min, iniciou-se a 27ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA), com abertura por sua coordenadora, Patrícia Rocha Maciel Fernandes/SEMAD, e prosseguimento com a pauta, conforme relatado a seguir. A reunião ocorreu no auditório do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI) em Belo Horizonte/MG. Os participantes constam da lista de presença anexa. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos principais debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo. O evento foi gravado e está disponível na íntegra em mídia digital para consultas de eventuais interessados. A reunião iniciou com introdução pela coordenadora da CT-GRSA, Patrícia Fernandes, com a aprovação da ata da reunião anterior sem ressalvas.

Antes de iniciar as discussões dos outros itens pautados, Euzimar/Fundação Renova pediu a palavra para esclarecer pontos relacionados às obras de Barra Longa. O Sítio Caatinga é uma área onde ocorreu deposição de rejeito e está sendo tratado como recuperação, por isso está incluído no pacote de regularização ambiental de Barra Longa (a Fundação Renova apresentou o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD e o Projeto Técnico de Reconstituição da Flora - PTRF em junho/18). A Fazenda Vista Alegre era um processo sob os cuidados da Samarco e há algum tempo se tornou responsabilidade da Fundação Renova, as questões referentes a regularização também estão incluídas nos processos de Barra Longa.

Euzimar/Fundação Renova informou que o aterro municipal de Barra Longa já estava embargado antes mesmo do acontecimento do evento em Mariana e que o aterro construído pela Fundação Renova está dentro dos processos de regularização de Barra Longa. As construções também estão nos processos de regularização de Barra Longa.

Sebastião/MPF-MG questionou se a CT-GRSA fez a solicitação das documentações da AECOM citadas na última reunião e se existe algum retorno. Em resposta, Patrícia/CT-GRSA informou que foi feito contato com o Ministério Público de Minas Gerais solicitando os documentos e que a CT-GRSA enviará um retorno aos membros o mais rápido possível.

Posteriormente, houve breve apresentação do novo membro da CT-GRSA, Adelino da Silva Ribeiro Neto, representante do IEMA-ES.

Patrícia/CT-GRSA fez informe sobre os seis ofícios enviados, sendo eles: Ao DNPM e FEAM sobre competências para fiscalização dos Diques/Fazenda Floresta, à Fundação Renova sobre o levantamento de impactos ambientais nas cavidades naturais que existem na Bacia e que podem ter sido impactadas pela passagem da lama, ao Setor de Emergências da SEMAD sobre o projeto de digitalização da Defesa Civil e Guarda Municipal à pedido da Prefeitura de Mariana, à Fundação Renova sobre o pedido de um sistema de tratamento de controle de turbidez (Wetlands) e à

Fundação Renova sobre os gastos realizados para ações do Espírito Santo em relação aos Barramentos. A CT-GRSA enviará estes ofícios a todos os membros.

Patrícia/CT-GRSA informou que na última reunião do CIF, foi aprovado o novo regimento do Comitê Interfederativo que possui os direitos e deveres dos membros do CIF e o fluxograma de atuação de cada um e o Regimento das Câmaras Técnicas. É importante que todos os membros façam a leitura de cada regimento para que não aconteça nenhuma irregularidade futura. Patrícia/CT-GRSA ressaltou que a partir da aprovação do novo regimento, todas as ausências por parte dos membros deverão ser justificadas por escrito junto à coordenação da Câmara Técnica, caso ocorra duas ausências seguidas sem justificativa, a CT poderá solicitar substituição do membro. A CT-GRSA enviará aos membros o regimento do CIF.

Em relação à Cláusula nº 176 que trata da Gestão de Riscos Ambientais na área ambiental 1, Patrícia/CT-GRSA informou que houve a aprovação da conclusão da mesma e que a CT-GRSA fez Nota Técnica de aprovação. Cabe a EY fazer uma nota avaliando a conclusão com base na aderência ao cumprimento das exigências do TAC e ao dispêndio realizados com suas respectivas comprovações. Continuando, Cesar/EY informou que com base na leitura e análise de todos os documentos apresentados chegou-se à conclusão de que não há nada contrário ao abono de atendimento à cláusula. De acordo com a descrição do TTAC, somente o CIF pode dar uma cláusula como concluída, desta forma, é necessário haja um ato formal do CIF dando atendimento à cláusula. A CT-GRSA criar a minuta de deliberação com base na nota técnica da CT-GRSA e relatório da EY a ser apreciada na próxima reunião do CIF, sobre o atendimento da cláusula nº 176.

2. Apresentação das ações em execução para a recuperação da UHE e para o período chuvoso 2018/2019 da Fazenda Floresta.

Sobre o sistema Wetlands, Juliana/Fundação Renova informou que o ofício recebido tem a informação de que o Wetlands não era factível para onde foi proposto (trecho 8) e os próximos trechos propostos serão reavaliados pela Fundação Renova para analisar a viabilidade técnica, caso fique comprovado a viabilidade este tema voltará a ser apresentado.

Sobre a preparação do período chuvoso, Juliana/Fundação Renova iniciou informando sobre as mudanças no quadro técnico da Fundação e apresentou o novo responsável pela atualização do follow-up na Câmara Técnica. Continuando, Juliana apresentou o mapa de referência com a indicação dos setores e barramentos existentes na Fazenda Floresta.

Como fatos relevantes foram apresentados: Conclusão das estacas prancha do Barramento A, conclusão da instalação de instrumentação para monitoramento do Barramento B, conclusão do SUMP aterro experimental, conclusão da 1ª etapa contrapilhamento Dique Intermediário, conclusão do retaludamento da ombreira direita do Dique Intermediário, elevação 315 à jusante do barramento C, mas devido a cheia nos rios não houve lançamento na última semana. Está sendo gerado pulmão para finalizar a elevação 318 até a data de 10/11/2018 e limpeza a jusante: alteração do atual método de limpeza das ranhuras por não ser eficiente, em função da quantidade de detritos misturados no sedimento depositado nas ranhuras dos stop-logs. A limpeza será feita através de mergulho e draga de rotor aberto para possibilitar a limpeza de toda ranhura para descida dos stop-logs 3 e 4 (UG02). Em 31/10/18 foi realizada a revisão do bow-tie de mergulho prevendo todas as medidas de controle para realização das atividades.

Como próximos passos, foram apresentados: Conclusão das obras para o Período Chuvoso 2018/2019, contratação dos serviços de terraplenagem da Fazenda Floresta e dragagem dos primeiros 400 metros – solução integrada para Candonga com mobilização da contratadas até o final de março 2019, implementação dos procedimentos de comissionamento e operação das estruturas em implementação (Barreiras Metálicas, diques, bacias, barramentos e sistema de bombas), bem como do processo de operação, drenagem e empilhamento do rejeito dragado e reinício das tratativas com a SEMAD referente ao TAC que permitirá a retomada dos serviços de dragagem e construção dos diques e empilhamentos na Fazenda Floresta (fev/19). Euzimar/Fundação Renova informou que será feito um novo TAC, englobando as ações do período chuvoso.

Com base no monitoramento por radar, Juliana/Fundação Renova informou que no dia 31 de outubro o Dique Intermediário teve velocidade que atingiu um patamar de deformação constante (~12 mm/dia) e que no dia 31 de outubro o Dique Principal continuar com a região estabilizada na parte central, onde será construída o dique.

Em relação a Curva Avanço Físico Principais Serviços (P80) considerando as obras da Fazenda Floresta, a recuperação dos setores e das margens, Juliana/Fundação Renova informou que existe um deslocamento pequeno, estando bem próximo do que foi previsto. Posteriormente, apresentou a relação dos principais serviços previstos/realizado, os indicadores do programa P80 e o levantamento de batimetria que demonstra que os barramentos estão suportando o fluxo de sedimento do fundo do reservatório.

Sobre a preparação para o período chuvoso, Juliana/Fundação Renova informou que boa parte das obras estão concluídas e que apesar de ter acontecido alguns desvios a previsão é de conclusão até o fim de novembro de 2018 para que a Fazenda Floresta esteja preparada para a chuva e posteriormente apresentou os marcos de entregas das 4 etapas propostas, detalhando as datas de atendimento. Posteriormente, apresentou brevemente o acompanhamento Qualitativo Bioengenharia Setor 11, o acompanhamento Qualitativo Drenagem Superficial, o acompanhamento de Execução Enrocamentos, a Pluviometria e relatório fotográfico das fases de obras de recuperação da UHE Risoleta Neves.

Após questionamento sobre a análise da eficiência do sistema de drenagem, o representante da Fundação Renova informou que essa análise é feita através do acúmulo de carreamento, transbordo, erosão pontual, projeção da descida d'água e outros. Patrícia/CT-GRSA questionou como a Fundação Renova está prevendo os relatórios para avaliação dessas ações do período chuvoso, em resposta o representante da Fundação informou que solicitará um plano de inspeção das estruturas e apresentará a CT-GRSA. Completando, Juliana/Fundação informou que poderá ser instalado uma estação do PMQQS na saída do córrego Micaela com o objetivo de monitorar as contribuições da Fazenda Floresta (carreamento de material) no Rio Doce. Posteriormente, apresentou brevemente o acompanhamento de Execução Enrocamentos e o levantamento da Pluviometria.

Antes das discussões com a SEMAD em relação a protocolar uma autorização de intervenção isolada e depois fazer um TAC completo de todo o sistema, Patrícia/CT-GRSA questionou como estão as questões relacionadas a recuperação das margens. Em resposta, Euzimar/Fundação Renova informou que a recuperação está acontecendo em área sem necessidade de supressão ou intervenção da Mata Atlântica e em alguns pontos emergências de acordo com as prefeituras envolvidas, o restante está como recuperação da margem direta. Essas intervenções estariam dentro da LOC que seria solteira, a Fundação Renova está em contato com a SUPRI para tentar fazer um

processo à parte, mas devido ao prazo a Fundação continuará com as intervenções faltantes para finalizar a recuperação. A Fundação Renova enviará atualização do relatório das margens que estão sendo recuperadas, incluindo informações do licenciamento.

Em resposta aos questionamentos feitos anteriormente pelo Sr. Sebastião/MPF-MG sobre o aterro experimental, Paulo Boas/Fundação Renova, explicou que na Fazenda Floresta o projeto desde o início contava dois empilhamentos (na parte esquerda empilhamento 2 e outro na parte direita empilhamento 1). Para comprovar todas as condições geotécnicas do rejeito que vai ser empilhado foi criado o aterro experimental onde foram realizados vários testes para levantamento das características perfeitas do rejeito que irá para o empilhamento. Posteriormente, foi apresentado um relatório fotográfico das fases de obras de recuperação da UHE Risoleta Neves, com breves explicações.

Durante a apresentação do relatório fotográfico, Paulo/Fundação Renova apresentou imagens relacionadas ao Dique Intermediário, neste momento Sebastião/MPF-MG questionou sobre o não reconhecimento por parte da Fundação das falhas geológicas na região deste Dique. Então Paulo/Fundação Renova informou que o Dique Intermediário não será feito. Patrícia/CT-GRSA informou que o último TAC está em análise, por isso a Bacia 1 não poderia estar sendo utilizada para nenhum tipo de movimentação. A Fundação Renova enviará um ofício à SUPRI informando sobre a necessidade e importância de se utilizar a Bacia 1 apesar do vencimento do TAC e providenciar os documentos faltantes para regularização.

Luiz/DNPM questionou quais são as possíveis potencialidades para uso da Fazenda Floresta e considera que é necessário avaliar os impactos já causados na área e os impactos que acontecerão caso a fazenda seja “retirada” do local. Paulo/Fundação Renova informou que essas questões estão sendo estudadas. Euzimar/Fundação Renova reforçou que os estudos estão sendo feitos e enfatizou a necessidade em fazer qualquer tipo de atividade de acordo com as regularizações ambientais.

Paulo/Fundação Renova informou que a Outorga emergencial do córrego Micaela saiu e que a pedreira foi desembargada, finalizando com a apresentação de imagens aéreas apontando as ações realizadas em cada ponto (Empilhamento 1 e 2, Dique Principal, Jusantes Dique Principal, Bacias e Pedreira Corsini, Barramentos A, B e C, Setor 4, acessos municipais ME e MD e Jusante do Barramento C).

Após questionamentos, Juliana/Fundação Renova esclareceu que a conclusão dos estudos geotécnicos/geofísicos está prevista para novembro de 2018 (apresentação da CT-GRSA em dezembro/18) e o novo cronograma considerando a nova alternativa de engenharia (sem os projetos básicos/executivos) previsto para janeiro de 2019.

3. Apresentação escopo sobre as alternativas em relação ao ponto de constrição número 5 em Barra Longa.

Juliana/Fundação Renova informou que quando foi feita uma avaliação das cheias no município de Barra Longa, foram identificadas algumas áreas de inundação e existia na margem do rio algumas rochas que favoreciam o alagamento da área urbana (o que não tem relação com a barragem), mas como foi identificado que estas rochas favoreciam a inundação, optou-se por remover essas constrições. Essas questões foram levantadas no estudo hidrossedimentológico feito em 2016, chegando aos 6 pontos de constrições que estão sendo retiradas antes do período chuvoso.

Os pontos de restrições de 1 a 4 foram retirados por completo, o ponto 6 está sendo finalizado faltando somente o enrocamento, o que ajudará o município a passar pelo período de cheias. Ao analisar o ponto de restrição 5, ele estava no pilar de uma ponte e por questões de segurança a Fundação Renova optou por não fazer a restrição neste momento e reavaliar com este novo cenário (retirada de 5 das 6 restrições) se ela realmente é necessária e se for, onde será o melhor local para remoção e suas condições. De acordo com Juliana/Fundação Renova a reavaliação da área terminará em fevereiro e a apresentação dos relatórios com a análise da necessidade ou não de se remover este ponto de restrição acontecerá em março. Com base nisso, Luiz/DNPM sugeriu que ao apresentar a CT-GRSA a retirada das restrições, seja feita a demonstração do antes e depois dessas áreas.

4. Discussão e apresentação da NOTA TÉCNICA CT-GRSA Nº 0xx/2018 - Assunto: Aprovação do Plano de Manejo de Resíduos dos Trechos 6 e 7.

Anderson/IBAMA iniciou explicando que o Plano de Manejo faz parte do Programa 23 e informou que o PMR tem sido entregue pela Fundação Renova e analisado pelos órgãos ambientais que compõem a Câmara Técnica de Resíduos, além de alguns trechos que passam pela Câmara Técnica de Restauração Florestal, tudo vem sendo feito de forma parcelada. Os trechos 6 e 7 ficam na área entre Rio Santarém e Rio Gualaxo. O trecho 6 é onde houve o remanso, onde a onda de lama subiu no sentido contrário ao Rio Gualaxo do Norte e o trecho 7 possui 3km, com vales bem encaixados e gargantas no Rio Gualaxo. Em nova análise desses trechos feita pelos órgãos, alguns pontos foram questionados e esta Nota Técnica trata do principal ponto, as planícies.

Posteriormente, Anderson/IBAMA apresentou os mapas que são enviados pela Fundação Renova junto ao PMR e detalhou os pontos apresentados no mesmo (legenda com contexto/indicação de intervenção). E informou que chamou a atenção no contexto dos trechos 6 e 7, no que diz respeito às planícies foi que o termo utilizado teria sido muito generalizado, pois de acordo com o texto presente no documento, toda área é considerada como planície de inundação. Porém, através da vistoria foram identificadas que nem todas as planícies são de inundação, dentro das informações apresentadas com o passar do tempo percebe-se que volume de resíduo depositado tanto na calha quanto na margem fez com que as cotas aumentassem, desta forma, pode ser que algum desses pontos apresentem planícies de inundação, mas de forma geral as cotas das margens chegaram a um valor que dificilmente a água conseguirá chegar de novo à esses locais fazendo com que essas planícies perdessem suas funções.

Anderson/IBAMA informou que após análises e discussões existe a necessidade em diferenciar terraços de planícies e explicou que de acordo com geomorfologia fluvial, terraço é uma área mais antiga que poderia ter sido uma planície no passado, hoje o terraço é uma área usada pelo homem como local para plantação/criação de gado e não como um local de inundação. Nas Planícies Inundação a água sobe preenchendo a área e quando o rio recua, ele volta a calha.

Lucas/Fundação Renova considera que mesmo sendo uma planície de inundação, se existe uma área com possibilidade de ter produção em uma época do ano fora da área de APP, isso deve ser levado em conta e não simplesmente excluir qualquer tipo de atividade econômica da área mesmo que inundável em certos períodos do tempo. Anderson/IBAMA considera que pensar em leito maior/menor vai dificultar. Juliana/Fundação Renova considera que essa área dos trechos 6 e 7 tem 90% de mata preservada, praticamente não tem propriedade rural, o que pode mudar é o que vai ser usado na recuperação da APP.

Anderson/IBAMA reforçou que a Nota Técnica descreve a necessidade em fazer essa compartimentação de terraço/planície para quando chegar no trecho 9 e 10 isso seja colocado. A Nota aprova o PMR dos trechos 6 e 7 e estabelece requisições nos contextos B1 e B2 (B1 - planícies com atividades econômicas e B2 - planícies com vegetação natural nativa). No documento "Volume 2 – PMR dos Trechos 6 e 7", são apresentadas diversas afirmativas relacionadas ao tema "planícies" que foram apresentados ponto a ponto durante a reunião. Continuando, Anderson/IBAMA proferiu leitura na Nota Técnica e informou que a CT-GRSA não questionará as intervenções, mas será necessário acrescentar o tempo de recorrência (centenária) para analisar melhor o comportamento destas planícies e verificar quais as possíveis intervenções nestes pontos. Lucas/Fundação Renova ressaltou da importância de que os PMRs sejam analisados em conjunto pela CT-GRSA, CT-Flor e CT-EI.

Patrícia/CT-GRSA não concordou com a afirmação de que o PMR está atrapalhando os outros programas e informou sobre a possibilidade de rever o PMR e sua lógica quando alguma Câmara Técnica ou a própria Renova julgarem pertinente, em função das interfaces do PMR com outros programas (PG25, PG17/40, etc). Posteriormente, Anderson/IBAMA proferiu leitura das requisições presentes na Nota Técnica, essas requisições devem ser respondidas em forma de adendo, não sendo necessário, portanto, elaborar nova revisão do plano, a Nota Técnica será protocolada no CIF de novembro de 2018. A Fundação Renova apresentará os resultados do relatório de monitoramento das intervenções/taxas de erosão na próxima CT Rejeitos.

5. Apresentação do Estudo de Irrigação - Cláusula 180.

Thales/IEMA fez breve contextualização sobre o Estudo de Irrigação, informando acerca de uma reunião de alinhamento técnico entre MG e ES acerca da análise e encaminhamento deste estudo, e informou que o IEMA é o ponto focal deste estudo, desta forma o IEMA remeteu este estudo para os órgãos competentes no ES, ligados à agricultura, analisarem e emitirem NT a este respeito o mesmo foi feito para MG. Estando sendo aguardadas as colaborações de todos para consolidação de uma Nota Técnica para a CT GRSA.

Posteriormente, Renato representante da empresa Embaúba Ambiental apresentou detalhadamente todo o estudo. Ao final Patrícia Fernandes/CT-GRSA, questionou se o valor de indenização presente no estudo de Irrigação foi pago e se essas propriedades estão em um grupo de impactos só a irrigação ou se estão em um grande bloco. Em resposta, Juliana/Fundação Renova informou que elas estão em um grande bloco que será pago de uma vez só, quando se trata de propriedade rural os danos são pensados como um todo. Informou também que a decisão de pagamento deverá sair da CT-OS, a CT-GRSA não poderia solicitar o pagamento e que os dados relacionados aos danos a irrigação foram declarados no momento do cadastro.

Sebastião/MPG-MG orientou que a Embaúba acrescente na apresentação um comparativo entre a primeira versão e segunda versão do estudo de Irrigação. A CT-GRSA enviará o link do estudo de irrigação para todos os membros da Câmara Técnica.

A Fundação Renova propõe que a Embaúbas apresente esse documento na CT-EI e verifique a interface deste estudo, cláusula 180, com a alínea 1 da cláusula 125.

6. Atualização das intervenções em Linhares - Barramentos Lagoas Nova e Juparanã.

Nicolý/Fundação Renova fez breve contextualização sobre o tema, de forma que todos entendessem o assunto e reforçou os pontos ligados ao barramentos, as inundações causadas a jusantes dele e à criação do canal como solução do problema.

Posteriormente, apresentou os dados referentes ao Rio Pequeno/Lagoa Juparanã: Conclusão das obras de alargamento do canal e início de abertura da enseadeira em 22/09, com redução do nível do reservatório em 04/11: 1,355 m, vazão medida no canal em 04/11: 18,194 m³/s, nível de cota no rio Pequeno em 04/11: 7,536 m, nível de cota no rio Doce em 04/11: 5,875 m. Todas as estruturas performando dentro do projetado e esperado: Proteção da soleira do canal com colchão reno e manta bidim, proteção dos taludes com enrocamento até a 10ª casa à jusante do barramento, proteção dos taludes e da fundação da ponte e monitoramento diário de vazão e nível implementado desde a abertura do canal em 22/09.

Dados referentes ao Rio Bananal/ Lagoa Nova: Conclusão das obras de abertura do canal em 25/09: Redução do nível do reservatório em 04/11: 47 cm, vazão medida no canal em 04/11: 2, 228 m³/s, nível de cota no rio Bananal em 04/11: 10,711 m. Todas as estruturas performando dentro do projetado e esperado: proteção da soleira do canal e dos taludes, monitoramento diário de vazão e nível implementado desde a abertura do canal em 25/09.

Dados referentes à Patrimônio da Lagoa/Sooretama: Conclusão das obras de tamponamento do bueiro e instalação das bombas de drenagem em 31/08: Rebaixamento acumulado da área brejosa em 31/10: 100 cm e vazão média da bomba: 71 L/s. Rebaixamento da Lagoa Juparanã, margem com Patrimônio da Lagoa e rebaixamento acumulado em 01/11: 82,5 cm. Diferença de nível entre a área brejosa e a lagoa Juparanã: 11,5 cm.

Nicolý/Fundação Renova exibiu os pontos de monitoramento de vazão e lembrou que a contribuição principal de água na Lagoa Juparanã é o Rio São José, hoje é controlado o que entra no São José e o sai no canal do Rio Pequeno, sendo a forma mais eficiente de realizar o balanço hídrico. Foram apresentadas as cotas de nível e vazão do Rio Pequeno/Lagoa Juparanã e apontadas as alterações da primeira abertura do canal para a segunda.

Sobre a situação das famílias realocadas na Av. Beira Rio – jusante rio pequeno que precisaram ser realocadas, 20 delas estão em moradias provisórias alugadas pela Fundação Renova, 27 delas retornaram às moradias na avenida Beira-Rio, 8 delas estão hospedadas em hotel, 1 família está em casa de parente, 10 delas estão dentro do número de contratos de locação em fase de elaboração e 4 delas tiveram contratos imobiliários finalizados devido à desistência do núcleo familiar. Algumas famílias precisaram ser compensadas financeiramente, totalizando 23 famílias, de Linhares existem 09 famílias que recebem R\$ 1.200/mês desde 09/2018 e 04 famílias – processo de compensação em processo de contratação. Em Sooretama, existem 06 famílias que recebem R\$ 870/mês desde 10/2018 e 04 famílias irão receber R\$ 870/mês a partir de 11/2018.

Nicolý/Fundação Renova continuou apresentando as principais etapas da remoção e destinação das macrófitas e outros resíduos, sendo elas: Obtenção das licenças junto às Secretarias de Meio Ambiente de Linhares e Sooretama, gestão Fundiária (anuência junto aos proprietários), contratações, mobilização, alinhamento com a comunidade e órgãos envolvidos e início das atividades. E posteriormente, exibiu relatório fotográfico de todas as atividades relacionadas às macrófitas.

Sobre investigação de depósitos de resíduo (Lagoas Palmas, Palminhas, Terra Alta, Terra Altinha e Camata) foram apresentadas a metodologia das atividades, os instrumentos utilizados, a seleção de pontos, as empresas mobilizadas, a participação social da comunidade local, prazos e exibiu do relatório fotográfico do encontro com os moradores. A ideia é mostrar que essas lagoas não foram contaminadas pelo resíduo, isto foi uma solicitação da AECOM e será incorporado ao PMR 15 e 16.

7. Discussão e apresentação da NOTA TÉCNICA CT-GRSA Nº 0xx/2018 - Assunto: Aprovação do Programa Manejo de Resíduos (PG 23) – Objetivos, Projetos e Escopo.

Patrícia/CT-GRSA informou que depois de 3 anos do TTAC aprovado e depois de várias ações das Câmaras Técnicas em execução, está sendo aprovado os programas que são executadas as atividades tanto da Fundação Renova quanto das Câmaras Técnicas. Com a criação do TTAC, houve a criação dos 32 programas e como qualquer programa, em qualquer instituição é necessário definir um escopo do que seria tratado, os objetivos, os projetos, os indicadores e outros, o que ainda não tinha sido feito pela CT-GRSA.

Posteriormente, Patrícia/CT-GRSA, esclareceu os programas pertinentes a CT-GRSA e informou que a Fundação Renova havia enviado à todas as Câmaras Técnicas uma proposta do que deveria conter em cada um dos programas, a partir disso a CT-GRSA fez uma primeira análise do documento, posteriormente solicitou algumas informações complementares e após resposta da Fundação, a CT-GRSA percebeu que esse processo de comunicação estava demorado. Desta forma, a coordenação da CT e os órgãos ambientais que a compõe, decidiram criar uma nota técnica descrevendo tudo que o PMR deve conter.

Após discussões, ficou definido que haverá deliberação da CT-GRA para o CIF em novembro de 2018, considerando o prazo de 30 dias para a Fundação se manifestar a respeito e, não havendo manifestação, a Nota Técnica será considerada como a versão final a ser incorporada ao documento de Definição do Programa.

Continuando, Patrícia/CT-GRSA proferiu leitura dos itens prescritos na introdução e dos objetivos geral e específico, explicou que o Programa de Manejo de Resíduos é um programa socioambiental de caráter reparatório que abrange as Cláusulas nº 150, 151, 152 e 153, detalhando cada uma. Além dessas cláusulas, existe o pleito aprovado pelo CIF, em relação ao Espírito Santo e os barramentos.

No caso do Programa de Manejo de Resíduos, existem 6 Projetos em execução para atendimento das obrigações do TTAC, conforme apresentado abaixo, sendo: Caracterização ambiental detalhadas da Área Ambiental 1, Plano de Manejo de Resíduos, Monitoramento da Qualidade do Ar, Gestão de Áreas Contaminadas, Estudos Complementares e Proteção do sistema lacustre do Baixo Doce (Barramentos Baixo Doce), para cada um deles será proposto um escopo, os Requisitos, Premissas e Restrições e a validação de projeto.

Finalizando, Patrícia/Fernandes proferiu leitura da conclusão, informando que a Nota Técnica aprova os projetos, objetivos e escopo do Programa 23 – Manejo de Resíduos e que as informações referentes aos indicadores que irão validar o alcance dos objetivos e o detalhamento do cronograma físico e financeiro serão discutidos em momento posterior em outra Nota Técnica. E ressaltou que as estruturas de contenção, Eixo 1 e Dique S4 tem seu acompanhamento realizados no Programa 23 – Manejo de Resíduos, visto que o Eixo 1 ainda se

encontra em operação e foi definido como uma alternativa de manejo do contexto intracalha dos Trechos 1 a 4 do Plano de Manejo de Rejeitos e o dique S4 será tratado no Trecho 5 do Plano de Manejo de Rejeitos – relativo ao antigo distrito de Bento Rodrigues.

8. Discussão e apresentação da NOTA TÉCNICA CT-GRSA Nº 0xx/2018 - Assunto: Aprovação do Programa Sistema de Contenção dos Rejeitos (PG 24) – Objetivos, Projetos e Escopo.

Patrícia/CT-GRSA iniciou apresentando a introdução da Nota Técnica que é idêntica à do PG23, quais são os programas acompanhados pela CT-GRSA e informou que a Nota Técnica tem o objetivo de validar o Programa “Sistema de Contenção dos Rejeitos” (PG 24). O Programa “Sistema de Contenção dos Rejeitos” é um programa socioambiental de caráter reparatório e abrange as Cláusulas 154, 155, 156 e 157.

No caso do Programa de Manejo de Rejeitos, existem 2 Projetos em execução para atendimento das obrigações do TTAC, conforme apresentado abaixo, sendo: Obras para reforço das estruturas de contenção existentes e construção de estruturas emergenciais para a contenção de rejeitos e Propostas de estudos e tratamentos para redução do transporte de rejeitos e redução da turbidez nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce até a UHE Risoleta Neves, para cada um deles será proposto um escopo, os Requisitos, Premissas e Restrições e a validação de projeto.

E reforçou que as estruturas do Eixo 1 e Dique S4 terão seu acompanhamento realizados no Programa 23 – Manejo de Rejeitos, visto que o Eixo 1 ainda se encontra em operação e foi definido como uma alternativa de manejo do contexto intracalha dos Trechos 1 a 4 do Plano de Manejo de Rejeitos e o dique S4 será tratado no Trecho 5 do Plano de Manejo de Rejeitos – relativo ao antigo distrito de Bento Rodrigues. As informações referentes aos indicadores que irão validar o alcance dos objetivos e o detalhamento do cronograma físico e financeiro serão discutidos em momento posterior em outra Nota Técnica.

Será criada uma deliberação idêntica à relacionada ao PG 23 e ficou definido que este programa é reparatório.

9. Encaminhamento do estudo geoquímico da cláusula 150.

Thales/IEMA iniciou explicando que a Nota Técnica a respeito do estudo geoquímico foi apresentada em reunião anterior, porém, devido aos questionamentos feitos pela Sr. Sebastião/MPF-MG e do César/EY a CT-GRSA procurou auxílio sobre quais encaminhamentos deverão ser seguidos.

Informou quais os estudos são solicitados na cláusula 150, o que foi entregue em partes pela Fundação Renova.

Com relação ao geoquímico, foram aprovados os dados brutos. A própria revisão do estudo demonstra que estes possuem representativa amostral apenas para o trecho 1, assim, os dados dos trechos 2 e 3 deverão ser incorporados a um conjunto maior de dados para garantir a representatividade e a utilidade destes.

Sobre o estudo geomorfológico, o qual já foi apresentado, informou que este passará por refinamento através de um novo mapeamento por VANT (veículo aéreo não tripulado) para aumento

da resolução que esta sendo contratado pela Fundação para atender as necessidades de diversos programas da Renova. Em relação aos estudos hidrossedimentológicos/hidrodinâmico, a Fundação Renova informou que incorporou todas as recomendações da Nota Técnica emitida pela CT sendo solicitado que a Fundação enviase a nova versão do TR do estudo hidrossedimentológicos/hidrodinâmico .

A GT-GRSA entende que o objetivo da caracterização pós rompimento solicitada pela Cláusula 150 foi atendida pela Fundação Renova, sendo que os estudos que ainda não foram concluídos ou que demandam detalhamento serão remetidos para o Programa 23 – Manejo de Rejeitos.

Adicionalmente ressaltou-se que é necessário que a Fundação Renova envie um documento consolidado da caracterização pré rompimento e levantamento de todos os estudos de caracterização ambiental pré e pós rompimento (PRAE, Estudo Lactec “baseline”, estudos Samarco, etc).

10. Encaminhamentos:

Item	Ação	Prazo	Ação Interna ou Externa?	Responsável	Observação
27.1	Apresentar plano de inspeção das estruturas da Fazenda Floresta	-	Externo	Juliana Bedoya/Fundação Renova	
27.2	Enviar atualização do relatório das margens que estão sendo recuperadas, incluindo informações do licenciamento.	-	Externo	Juliana Bedoya/Fundação Renova	
27.4	Enviar ofício à SUPRI informando sobre a necessidade e importância de se utilizar a Bacia 1 apesar do vencimento do TAC e providenciar os documentos faltantes para regularização.	-	Externo	Juliana Bedoya/Fundação Renova	
27.5	Apresentar para CT-GRSA a conclusão dos estudos geotécnicos/geofísicos da Fazenda Floresta.	dez/18	Externo	Juliana Bedoya/Fundação Renova	
27.6	Apresentar para CT-GRSA resultados da reavaliação da área em Barra Longa e a necessidade ou não de realizar a construção no ponto 5.	mar/19	Externo	Juliana Bedoya/Fundação Renova	
27.7	Apresentar o resultado da retirada de todas as construções com o antes e depois dessas áreas.	-	Externo	Juliana Bedoya/Fundação Renova	
27.8	Apresentar resultados do relatório de monitoramento das intervenções/taxas de erosão nos trechos 6 e 7.	Próxima CT	Externo	Juliana Bedoya/Fundação Renova	
27.9	Acrescentar na apresentação do Estudo de Irrigação um comparativo entre a primeira versão e segunda versão do estudo.	-	Externo	Renato/Embaúba	

27.10	Apresentar estudo de Irrigação da CT-EI.	-	Externo	Renato/Embaúba	
27.11	Verificar a interface do estudo de Irrigação/cláusula 180 com a alínea 1 da cláusula 125.	-	Externo	Juliana Bedoya/Fundação Renova	
27.12	Enviar a caracterização pré rompimento e levantamento de todos os estudos de caracterização ambiental pré e pós rompimento (PRAE, Estudo Lactec "baseline", estudos Samarco, etc).	-	Externo	Juliana Bedoya/Fundação Renova	
27.13	Enviar aos membros da CT-GRSA os 6 ofícios citados durante a reunião: Competências para fiscalização dos Diques/Fazenda Floresta, à Fundação Renova sobre o levantamento de impactos ambientais nas cavidades naturais, projeto de digitalização da Defesa Civil e Guarda Municipal à pedido da Prefeitura de Mariana, sistema de tratamento de controle de turbidez (Wetlands) e sobre os gastos realizados para ações do Espírito Santo em relação aos Barramentos.	-	Interno	Patrícia Fernandes/Coordenadora CT-GRSA	
27.14	Enviar aos membros da CT-GRSA o regimento do CIF e das Câmaras Técnicas.	-	Interno	Patrícia Fernandes/Coordenadora CT-GRSA	
27.15	Criar minuta de deliberação com base na nota técnica da CT-GRSA e relatório da EY a ser apreciada na próxima reunião do CIF, sobre o atendimento da cláusula nº 176.	-	Interno	Patrícia Fernandes/Coordenadora CT-GRSA	
27.16	Enviar o link do estudo de irrigação para todos os membros da Câmara Técnica.	-	Interno	Patrícia Fernandes/Coordenadora CT-GRSA	

Aprovada:



Patrícia Rocha Maciel Fernandes
Coordenação da CT-GRSA